

Economia solidária no sul da Bahia: um olhar sobre a política territorial e no conteúdo tecnológico

Solidarity economy in southern Bahia: a look at the territorial policy and technological content

Economía solidaria en el sur de Bahía: una visión sobre política territorial y contenido tecnológico

Recebido: 24/10/2020 | Revisado: 28/10/2020 | Aceito: 31/10/2020 | Publicado: 05/11/2020

Dayvid Souza Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1270-7014>

Universidade Federal da Bahia, Brasil

E-mail: agrodayvid@gmail.com

Fárlei Cosme Gomes dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1765-1849>

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

E-mail: farlei.uesc@hotmail.com

Ricardo de Araújo Kalid

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9265-5263>

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

E-mail: ricardo.kalid@gmail.com

Fernando Luiz Pellegrini Pessoa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3667-3875>

Centro Universitário SENAI, Brasil

E-mail: fernando.pessoa@fieb.org.br

Sócrates Jacobo Moquete Guzman

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1778-4441>

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

E-mail: socrates@uesc.br

Leandro Pereira Morais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3945-9455>

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

E-mail: lpmorais@gmail.com

Clóvis Vailant

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6670-1043>

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

E-mail: vailantc@hotmail.com

Francisco Jairan Dionizio Pedro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7542-4471>

Universidade Federal da Bahia, Brasil

E-mail: jairandionizio@gmail.com

Resumo

O surgimento da doença vassoura de bruxa nos plantios de cacau do Território Litoral Sul da Bahia (TLS) provocou uma mudança na estrutura agrária dessa região: os latifúndios foram desmembrados em propriedades menores, que foram adquiridos por pequenos agricultores ou destinados a reforma agrária; contudo, não houve modernização do processo produtivo. Nesse sentido, este artigo pretende desenvolver um diagnóstico da Economia Solidária no TLS e identificar qual é o conteúdo tecnológico empregado no processo produtivo desses empreendimentos. Esta análise é o resultado de uma pesquisa envolvendo 147 empreendimentos econômicos solidários mapeados no TLS. Para obtenção das informações, foram aplicados questionários abrangendo questões fechadas e com múltiplas escolhas. A pesquisa é caracterizada como descritiva com uma abordagem dedutiva, e com tratamento qualitativo e quantitativo para apresentação dos dados gerados pelas entrevistas. Os resultados indicam que nenhum dos empreendimentos possuem uma cultura empreendedora e não utilizam formas de inovação tecnológica, além de terem uma matriz artesanal dos meios de produção o que coloca em risco a sua sobrevivência.

Palavras-chave: Território litoral do sul da Bahia; Economia solidária; Inovação tecnológica.

Abstract

The emergence of witches' broom disease in cocoa plantations in the Southern Coastal Territory of Bahia (TLS) caused a change in the agrarian structure of that region: the latifundios were broken down into smaller properties, which were acquired by small farmers or destined for agrarian reform; however, there was no modernization of the production process. In this sense, this article intends to develop a diagnosis of the Solidarity Economy in the TLS and to identify what is the technological content used in the productive process of

these enterprises. This analysis is the result of a research involving 147 solidary economic enterprises mapped in the TLS. To obtain the information, questionnaires were applied covering closed questions and with multiple choices. The research is characterized as descriptive with a deductive approach, and with qualitative and quantitative treatment for presenting the data generated by the interviews. The results indicate that none of them have an entrepreneurial culture and do not use forms of technological innovation, in addition to having an artisanal matrix of the means of production, which puts their survival at risk.

Keywords: Southern Bahia coastal territory; Solidarity economy; Innovation technologic.

Resumen

La aparición de la enfermedad de la escoba de bruja en las plantaciones de cacao del Territorio Costero Sur de Bahía (TLS) provocó un cambio en la estructura agraria de esa región: los latifundios se dividieron en propiedades más pequeñas, que fueron adquiridas por pequeños agricultores o destinadas a la reforma agraria; sin embargo, no hubo modernización del proceso de producción. En este sentido, este artículo pretende desarrollar un diagnóstico de la Economía Solidaria en la TLS e identificar cuál es el contenido tecnológico utilizado en el proceso productivo de estas empresas. Este análisis es el resultado de una investigación que involucró a 147 empresas económicas solidarias mapeadas en el TLS. Para obtener la información se aplicaron cuestionarios de preguntas cerradas y con múltiples opciones. La investigación se caracteriza por ser descriptiva con enfoque deductivo, y con tratamiento cualitativo y cuantitativo para presentar los datos generados por las entrevistas. Los resultados indican que ninguno de ellos tiene una cultura emprendedora y no utiliza formas de innovación tecnológica, además de tener una matriz artesanal de los medios de producción, lo que pone en riesgo su supervivencia.

Palabras clave: Territorio costero sur de Bahía; Economía solidaria; Innovación tecnológica.

1. Introdução

O Território Litoral Sul da Bahia (TLS) é formado por 26 municípios, sendo eles: Almadina, Barro Preto, Buerarema, Coaraci, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Arataca, Aurelino Leal, Camacan, Canavieiras, Floresta Azul, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca, distribuídos em uma área de 15 mil km² (Bahia, 2016). A população dessa área chega a quase 800 mil habitantes, sendo 140 mil residentes na zona rural, correspondendo a

18% do total. Dentre essa população, estão cerca de 14 mil agricultores familiares, 3,5 mil famílias assentadas, (estas numa área de aproximadamente 142 mil hectares), 13 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas (Bahia, 2016; Bahia, 2018).

Por estar situado em uma região de Mata Atlântica, parte do TLS é coberto de Floresta Ombrófila Densa, com frações mais preservadas na parte leste, entre Maraú, norte e sul do município de Ilhéus, e o município de Canavieiras. Neste bioma é produzido o cacau cabruca, nome que se dá ao cultivo do cacau sob um modelo de sistemas agroflorestais (Bahia, 2016). Segundo Almeida e Filho (2018), esta forma de plantio do cacau vem garantindo a preservação de fragmentos da Mata Atlântica no Território, uma vez que a floresta original não se encontra em bom estado de preservação, Silva; Fontes & Campos (2009), pois sofreu uma drástica redução de sua área, saindo de aproximadamente 351 mil hectares, em 1975, para apenas 29 mil hectares, no ano de 1995 (Blinder, 2005).

A supressão do sistema cabruca de cultivo e da Mata Atlântica, passaram a ser intensificados com a infestação dos cacauais pela vassoura de bruxa nos anos 80, e pela queda dos preços do cacau por conta da concorrência asiática e africana, uma vez que as lavouras cacaeiras passaram a ser substituídas por outras atividades econômicas mais impactantes, como é o caso da produção de bovino. A cidade de Ibicaraí, por exemplo, reduziu a área destinada para o cacau de 88 % para 56 % e Uruçuca de 40 % para 2 % (Bahia, 2016; Blinder, 2005; Baiardi & Teixeira, 2010). Para agravar ainda mais essa realidade, a região passou a enfrentar uma grande instabilidade climática, a qual afetou também as pequenas famílias de agricultores (Brasil, 2009).

Além dos problemas ambientais, a vassoura de bruxa provocou também a quebra dos médios e grandes cacauicultores do TLS, levando a: *i*) redução do poder aquisitivo do comércio e dos serviços de quem deles dependiam; *ii*) desemprego rural e, conseqüentemente, o êxodo rural; *iii*) decréscimo demográfico, com exceção de Itabuna e Ilhéus (Bahia, 2015; Brasil, 2009; Costa, 2012; Fontes, 2013); e *iv*) aumento da informalidade, que passou a ser maior do que no Brasil e no Estado da Bahia (IBGE, 2006). Pois, o cacau é uma cultura de mão-de-obra intensiva, uma vez que 1 emprego direto é gerado para cada 2,4 hectares cultivados (Baiardi & Teixeira, 2010).

Diante da expressa situação, muitos empreendedores familiares do TLS, iniciaram uma série de experiências cooperativistas e associativistas denominadas por (Singer, 2002, Coraggio 2002; Coraggio 2003; Razeto 2010; Morais 2012; Gaiger 2013; França Filho, Rigo e Souza 2020) de Economia Solidária (ES). No entendimento dos autores citados, essas organizações são uma construção social e econômica produtoras do bem estar, e suas

iniciativas se baseiam nas ideias de solidariedade, cooperação, auto gestão e no antagonismo ao individualismo competitivo, e aparecem mais significativamente a partir das décadas de 1980 e 1990 (S. Santos, 2019).

Porém, Godoy (2008) e Laville (2009) consideram que os empreendimentos econômicos solidários (EES) apresentam características específicas, as quais, são provenientes do contexto local e vão influenciar as novas formas de governança. Tomem-se dois exemplos bastante específicos: as experiências europeias e as latino americanas de economia solidária.

Na Europa, os empreendimentos que compõem a economia social e solidária são altamente tecnificados, pois o quadro de sócios e seus trabalhadores são incentivados a possuir graus elevados de expertise para a execução das tarefas (Bretos; Errasti & Marcuello, 2019; Egia & Etxeberria, 2019). Dessa forma, alcançam maior competitividade no mercado mundial, como é o caso do Grupo Cooperativo Mondragon na Espanha, que em 2017, possuía 81 mil colaboradores, 98 cooperativas e 143 subsidiárias e um volume de negócios de aproximadamente 12 milhões de euros/ano (Mondragon, 2018); ou ainda, a exemplo da cooperativa Italiana Consorzio Cooperative Costruzioni, a qual detêm 240 cooperativas associadas, 20 mil trabalhadores, e um faturamento anual superior a 6 milhões de euros (Costruzioni, 2020).

No continente latino-americano, a economia solidária tem uma identificação com a Economia Popular, França Filho (2001) e a sua principal característica é o baixo grau de tecnificação, pouca inovação, inexistência de transferência de tecnologias, fragilidades em gestão, e fortes dificuldades para agroindustrialização dos seus produtos ou serviços, o que reduz o ganho em escala para obtenção de uma maior presença nos mercados. (Dereti, 2009; Prado & Meneses, 2015; P. Silva, 2018; F. Silva & Carvalho Filho, 2018; Prezotto apud Lima & Wilkinson, 2002).

Veiga (2006) endossa essa perspectiva, afirmando que para essas organizações solidárias impulsionarem o desenvolvimento territorial, é preciso que elas sejam prescindidas de uma construção social onde este seja o pilar fundamental do desenvolvimento. A partir dessa concepção, o autor apresenta três orientações como imperiosas: *i*) combinar competição com cooperação; *ii*) ao invés do conflito, buscar a participação; *iii*) associar o conhecimento local e prático com o tecnológico.

França Filho (2008), ressalta a relação da economia solidária com o desenvolvimento territorial, afirmando que é necessário a adoção pelo Estado de políticas públicas lastreadas no

princípio da redistribuição, onde obrigatoriamente o ente federativo se apropria dos recursos a fim de distribuí-los.

De acordo com Rebouças (2019) e com o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável Solidária (Bahia, 2016), o modelo de política redistributiva, contribui sistematicamente para o desenvolvimento territorial, uma vez que os recursos reinvestidos pelos Municípios, Estados e Governo Federal, por meio de diversos projetos, possuem potencial de transformar e promover inovações sociais e econômicas, principalmente em territórios mais vulneráveis.

Para Costa (2012); Rangel e Tonell (2013) e S. Santos (2019), a incidência dessas políticas públicas redistributiva no TLS, a exemplo do Pronaf – Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar; PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária; PBF – Programa Bolsa Família e outras, tendo como beneficiários os empreendimentos da economia solidária, contribuíram significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do Território, ao ponto de cidades como Itabuna e Ilhéus aumentarem o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH superior ao do Estado da Bahia: 0,712 e 0,690, respectivamente (Atlas, 2013). Além dessas duas cidades, foi observado que maioria dos municípios do TLS apresentaram melhora no desempenho do IDH, entre os períodos censitários 1991, 2000 e 2010, a exemplo de: Barro Preto, que saiu de 0,376, para 0,602; Mascote, de 0,373, para 0,581; e Maraú, saiu 0,349, alcançando 0,593 (Atlas, 2013; Bahia, 2015; Brasil, 2010).

Dessa forma, mesmo com a precarização das condições econômicas dos médios e grandes proprietários de terras no TLS, provocado pela infestação da vassoura de bruxa nos cacauais, todos os municípios do TLS apresentaram avanços significativos do IDH, nos últimos 30 anos (Atlas, 2013; Bahia, 2015; Brasil, 2010). Portanto, é falacioso o discurso difundido na literatura sobre a existência de uma crise prolongada e generalizada no TLS causada pela vassoura de bruxa, uma vez que tal crise, impactou principalmente a minoria formada pelos médios e grandes proprietários de fazendas de cacau (S. Santos, 2019).

Outro aspecto relevante analisado que contraria o discurso de uma crise crônica no TLS, é o desempenho do preço principal produto agrícola, a amêndoa de cacau, onde verificou-se nos últimos anos uma valorização significativa do preço: saindo de R\$ 65,69, em 2012, para R\$ 138,91 em 2016, já descontado a inflação do período (Brasil, 2009; SIDRA, 2016). Essa valorização está relacionada segundo ICCO (2018) com o menor crescimento anual de 1,2 %, da produção de amêndoas, quando comparada com a expansão da demanda média da indústria de chocolate e de ingredientes de 2 % ao ano.

No mesmo período, de 2012 a 2016, é observado um crescimento significativo da área plantada de cacau pelos empreendedores familiares (EF), saindo de 63 mil hectares, para 122 mil hectares, enquanto que a área total plantada de cacau no TLS, não sofreu alterações significativas, uma vez que saiu de 292 mil hectares, para 293 mil hectares. O crescimento da área plantada de cacau pelos empreendedores familiares (EF), é explicado pelas mudanças que ocorreram na estrutura agrária do TLS, onde cerca de 142 mil hectares foram desapropriados dando origem a 69 assentamentos rurais, onde vivem 3,5 mil famílias. Atualmente, 64% da produção de cacau, é oriunda de propriedades consideradas minifúndios ou pequenas, que possuem até 50 hectares (Bahia, 2016; Brasil, 2015a; IBGE, 2006; SIDRA, 2016).

Nesse sentido, o presente artigo almeja desenvolver um diagnóstico dos empreendimentos de Economia Solidária no TLS e identificar qual é o conteúdo tecnológico empregado no processo produtivo dessas organizações. Dessa forma, contribuir para a discussão sobre quais as diretrizes as políticas públicas devem assumir para melhorar a qualidade de vida das populações do TLS.

A estrutura do artigo compreende o seguinte formato: primeiramente, na presente seção, é apresentado o recorte geográfico da área denominada Território Litoral Sul (TLS) da Bahia e de sua realidade socioeconômica e do surgimento da economia solidária neste Território, a motivação e o objetivo deste artigo; na segunda seção, será apresentada a metodologia utilizada para a construção desse mapeamento. Posteriormente, a terceira seção, consiste na análise dos dados relativos à pesquisa realizada nos 147 empreendimentos econômicos solidários mapeados no TLS, a partir das referências que deram suporte teórico a esta abordagem, além de apresentar algumas considerações elaboradas a partir dos dados coletados e analisados no ano de 2017, concernentes às categorias de empreendimentos econômicos solidários definidos por Brasil (2015b). Por fim, na quarta seção, são apresentadas as considerações finais do presente artigo.

2. Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva que utiliza-se de análise qualitativa e quantitativa. Segundo Gil (2008) a combinação dessas abordagens metodológicas, tem como finalidade descrever as características de certa população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis; envolvendo técnicas de coleta de dados padronizadas (questionário, observação), que assumem em geral a forma de levantamento.

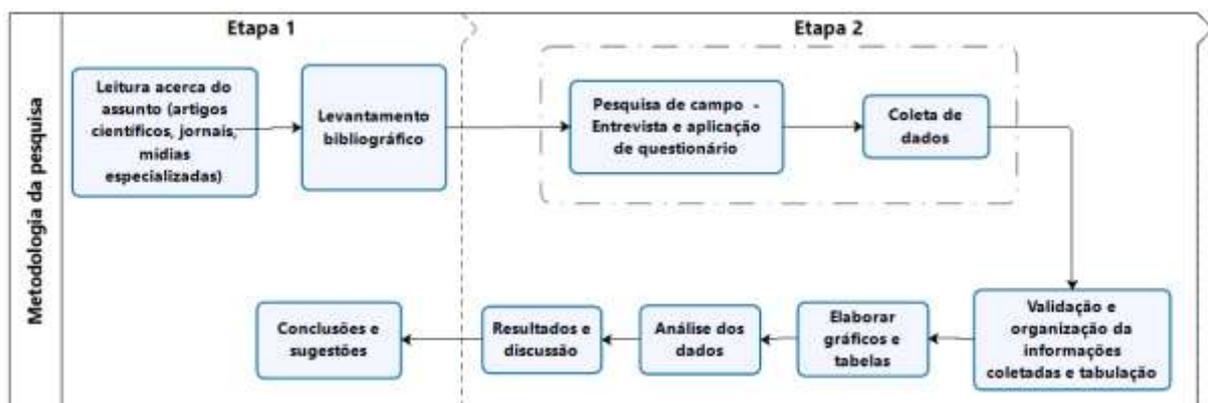
A pesquisa está dividida em duas etapas conforme descrito no fluxograma da Figura 1, por meio da orientação de Gil (2008); Gerhardt e Silveira (2009). A primeira compreende duas fases: *i*) busca e leitura dos textos científicos, e a fase dois: *ii*) análise bibliográfica; que dará suporte teórico a este trabalho.

A segunda etapa relaciona se com a análise descritiva e qualitativa, sua execução possui uma sequência de 6 fases, que são: *i*) pesquisa de campo - ocorreu por meio das visitas aos empreendimentos selecionados; *ii*) coleta de dados em campo - realizada por meio de entrevistas e questionários com perguntas estruturadas abrangendo questões fechadas e com múltiplas escolhas; *iii*) validação da informação - nesse item os seguintes critérios foram aplicados conforme descreve Mattos (2011); Emmendoerfer (2010) e Moreira (2018), sendo eles:

- transferibilidade – descrição dos fenômenos para permitir comparações a outros contextos;
- confirmabilidade – sustentação dos textos por meio de dados que permitem raciocínio lógico, sem pré-conceitos;
- confiança – possibilita de replicação dos resultados por pesquisadores.

Com isso, foram elaborados gráficos e tabelas – utilizou-se a ferramenta Excel 2010; na sequência, *v*) análise dos dados - empregou se a análise tipológica (Gil, 2008); em seguida os *vi*) resultados – foram apresentados por meio da Tabela (1) e das Figuras (2 à 8); e por fim *vii*) as conclusões e sugestões – que trazem, descobertas e o desenvolvimento de novas ideias.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A amostra da pesquisa foi definida qualitativamente de acordo com os parâmetros do extinto Ministério do Trabalho e Emprego, o qual estabelece as seguintes categorias de economia solidária: *i)* organizações coletivas e supra familiares; *ii)* os participantes exercem suas funções laborais no meios urbano ou rural; *iii)* os trabalhadores realizam a gestão democrática das atividades e a distribuição dos resultados; *iv)* estão relacionadas com desenvolvimento de atividades econômicas, de modo permanente, ou pretende ao se formalizar (Brasil, 2015b). Quantitativamente, a amostra analisou uma população de 100% dos 147 Empreendimentos Econômicos Solidários nos 26 municípios do TLS da Bahia, acompanhados pelos Centros Públicos de Economia Solidária do Litoral Sul da Bahia.

3. Resultados e Discussão

Na pesquisa realizada no Território Litoral Sul da Bahia, 3 formas de organizações solidárias foram identificadas conforme Figura 2, associações 79 %, grupos informais 10 %, cooperativas 5 %. Esses modelos organizacionais citados anteriormente, segundo P. Silva (2018), F. Silva e Carvalho Filho (2018) são os mais habituais, uma vez que se confundem com os princípios da economia solidária, que são: *i)* circulação da riqueza diferente da racionalidade estrita do capital; *ii)* distribuição de seus resultados equitativamente; e *iii)* equidade no exercício do poder decisório (Gaiger, 2013).

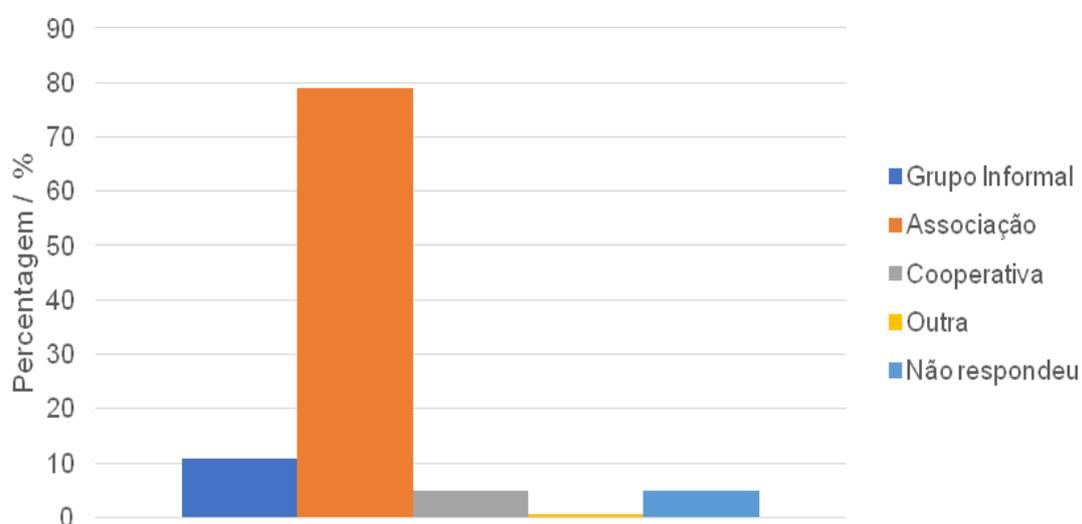
Contudo, a predominância da pessoa jurídica (associação) entre os empreendimentos do TLS, é um fenômeno também observado no mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no período de 2010 e 2013, no estudo, 60 % dos empreendimentos são associações, 30 % grupos informais, além das cooperativas, somando com 10 % do total. Na opinião de P. Silva e Carneiro (2016), os empreendimentos formados pela personalidade jurídica de associações, são frágeis institucionalmente, uma vez que o artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (novo código civil), a caracteriza como sem fins econômicos, o que impossibilita a essas organizações, por exemplo, a emissão de notas fiscais para comercialização de produtos, gerando limites jurídicos e administrativos no que concerne ao cumprimento de contratos públicos e privados.

Para superar a vulnerabilidade institucional presente nos empreendimentos solidários do TLS, uma vez que 89 % são constituídos por associações ou grupos informais – este último se quer possui personalidade jurídica - estudos de P. Silva e Carneiro (2016), recomendam que tal segmento precisa superar o modelo vigente, por um mais complexo de estrutura-jurídica organizacional, a exemplo das sociedades cooperativas, uma vez que essas

organizações visam a exploração econômica de qualquer atividade na sociedade (seja bens ou serviços), como forma de extrair benefícios comerciais, sociais, culturais, e outros para seus cooperados.

No entanto, apesar de recomendadas, as cooperativas são pouco significativas, tanto no TLS, como também em Território Nacional (5 % e 10 % respectivamente) em relação ao contingente de empreendimentos solidários formados por associações, resultado que deriva se do elevado preço para a formalizar uma cooperativa. Além disso, a Lei nº 5.764/197 que regulamenta esse segmento é antiga e altamente complexa, o que não motiva a economia solidária a buscar esse tipo de formalização. Outro aspecto negativo relacionado as cooperativas, é a existência de controvérsia quanto ao seu uso (tanto por governos como por empresas), objetivando a redução de custos com a força de trabalho por meio de contratos de prestação de serviços, muitas vezes sem comprovações - o que configura trabalho precário – uma vez que os trabalhadores contratados não possuem carteira assinada, ou quaisquer garantias sociais (Gaiger, 2013).

Figura 2 - Forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários do TLS.

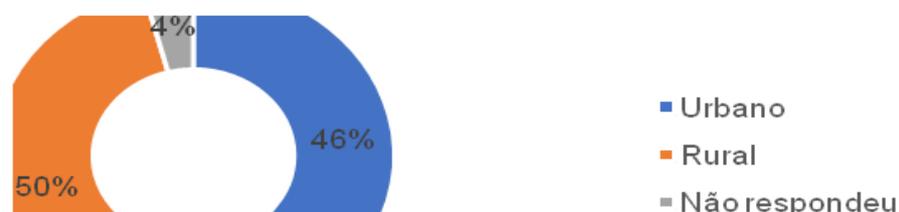


Fonte: Elaborado pelos autores.

No tocante a distribuição espacial desses empreendimentos, os dados revelam que 46 % das organizações pesquisadas localizam-se na área urbana, enquanto 50 % situa-se na zona rural, conforme mostra a Figura 3. Este fenômeno contrasta com a distribuição espacial populacional do TLS, uma vez que 72 % da população reside na zona urbana, enquanto 18% reside na zona rural (Bahia, 2016; Bahia, 2018). No entanto, a menor presença desses empreendimentos nos centros urbanos das cidades do TLS, está relacionada com a transição

econômica pela qual passa o território por meio do fenômeno denominado por Mira (2015), de reconversão produtiva, cuja economia agrícola – características do TLS - vem sendo substituída por uma economia voltada para produção de serviços. Já no meio rural, a presença mais significativa dos empreendimentos tem relação com o processo acelerado da reforma agrária, e pela aquisição de pequenas fazendas por meio de empreendedores familiares, que passaram a se organizar por meio de cooperativas, associações, como também por meio de outras formas econômicas (Bahia, 2016).

Figura 3 – Distribuição espacial dos empreendimentos.

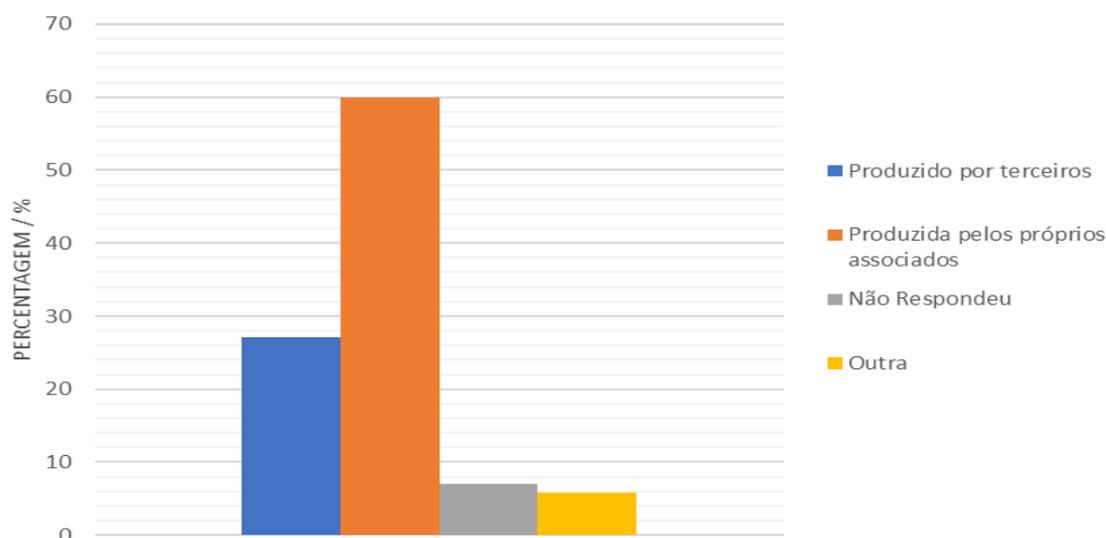


Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação às matérias-primas utilizadas pelos empreendimentos no TLS, 27 % delas são produzidas por terceiros como observa-se na Figura 4, o que implica, segundo A. Callado e L. Callado (2002) em um produto final com custo relativamente mais elevado quando comparado com as matérias primas produzidas pelos empreendimentos solidários. Porém, Megliorini (2002), ressalta que na produção por terceiros existem vantagens como *i*) ganho com competitividade; *ii*) ganho com eficiência; *iii*) alta especialização, porém, N. Santos, *et al.* (2014) explica que essas vantagens só ocorre, nos casos onde, os processos produtivos realizados, respeitam as exigências de qualidade estabelecidas pelos órgãos competentes.

Já a produção das matérias primas realizada pelos próprios sócios dos empreendimentos, a qual representa 60 % do total pesquisado, possui uma qualidade, em termos relativo, inferior a citada anteriormente. Uma vez que os processos empregados pelos empreendimentos do TLS, são desprovidos de tecnologia de alta eficiência, acarretando em perda de competitividade, baixo escala de produção, e conseqüentemente, não atende de forma satisfatória às demandas dos clientes (Bahia, 2016).

Figura 4 – Qual a origem da matéria-prima utilizada pelos empreendimentos solidários no TLS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

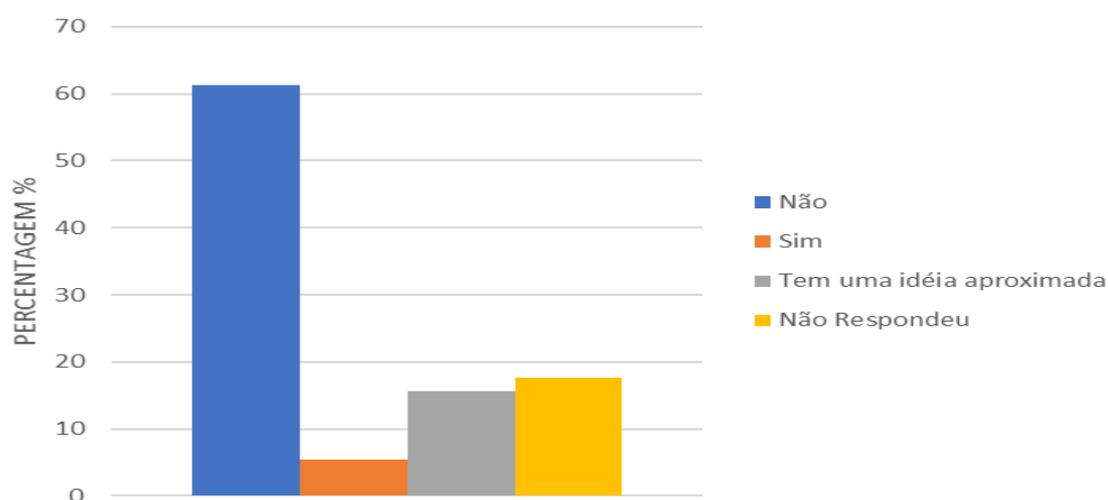
Conforme Megliorini (2002), os custos de produção que os empreendimentos têm para o processo de fabricação de determinados produtos, correspondem a soma de todos os valores agregados, desde o momento que são adquiridos os insumos até a etapa da comercialização (Dutra, 2010). Dessa forma, os custos contabilizam a matéria-prima, mão-de-obra, energia elétrica, depreciação e material de limpeza. Os custos podem ser classificados e analisados sob a perspectiva dos produtos, dos custos diretos e indiretos, e também em relação ao volume de produção, neste caso, em fixos e variáveis (N. Santos et al., 2014).

Para entender melhor os custos, segundo Biagio e Batocchio (2006), é preciso que ocorra sua descrição de forma literal num plano de viabilidade econômica, alinhado com o planejamento estratégico, e apresentá-lo aos empreendimentos, aos fornecedores, investidores, parceiros e empregados. Uma vez que, os estudos de viabilidades econômica podem apresentar alternativas e obstáculos para o empreendimento, aumentando consideravelmente as chances de sucesso. (Dutra, 2010).

De forma simples, o empreendimento é viável economicamente quando sua receita é maior que as despesas. A Figura 5 indica que 61 % dos empreendimentos, não sabem o quanto é necessário produzir, seja produtos ou serviços para cobrir os custos. Esse fato evidencia que estes empreendimentos não realizam estudos de viabilidade econômica, antes de adentrar ao mercado. Além disso, apenas 5 % apenas informaram que possuem conhecimento quanto ao custo de produção e 16 % têm uma ideia apropriada. Portanto, os

gestores dos empreendimentos da economia solidária necessitam de cursos de formação em gestão de negócios.

Figura 5 - Há conhecimento do valor mínimo de produtos a serem vendidos para cobrir custos?



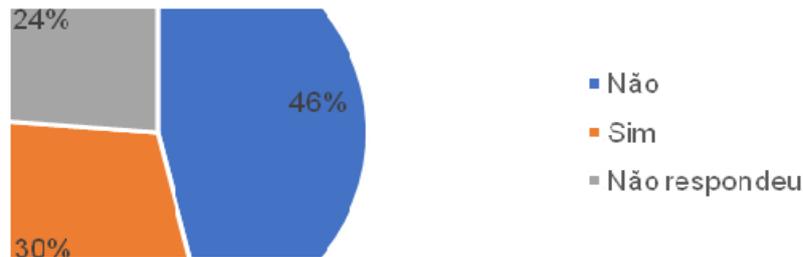
Fonte: Elaborado pelos autores.

Na análise do mapeamento nacional, 17 mil empreendimentos econômicos solidários, 43,6 % (do total mapeado), afirmaram que conseguiram pagar as suas despesas, no entanto, não obtiveram sobras suficientes para remunerar os sócios, enquanto 43,2% pagaram as despesas e tiveram sobras, possibilitando a remuneração dos sócios em suas atividades (P. Silva & Carneiro, 2016). Na opinião de Gaiger (2013), P. Silva (2018), F. Silva e Carvalho Filho (2018), a possibilidade de remuneração dos sócios e a existência de sobras pelos empreendimentos, estão relacionados diretamente com a comercialização de produtos e serviços com altos valores agregados, porém, uma parte significativa dos empreendimentos solidários segundo P. Silva, (2018); F. Silva & Carvalho Filho, (2018); Prado e Meneses (2015) possuem fragilidades endógenas e gerenciais como: *i*) matriz de produção pouco tecnificada; *ii*) pequena escala de produção; e *iii*) personalidades jurídicas não recomendada, e comercializam seus produtos basicamente *in natura*, com baixo valor agregado, diretamente em feiras livres, como também para atravessadores P. Silva e Carneiro (2016), diante deste cenário, remunerar os sócios e obter sobras ainda é um desafio a ser superado por essas organizações.

No entanto, no TLS, não é contrário do observado nacionalmente, uma vez que a pesquisa apresenta que as receitas geradas pelos empreendimentos solidários não são

suficientes para remunerar 46 % de seus associados; 30 % relataram que estão conseguindo remunerar os próprios sócios; 24 % não responderam, conforme Figura 6. Este fato evidencia que uma parte significativa desses negócios não são economicamente autossuficientes e ainda não contribuem para a melhoria da renda familiar.

Figura 6 - O Empreendimento remunera seus Sócios?



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir das respostas dos questionários foi verificado na Figura 7, que 84 % dos empreendimentos não realizam nenhuma reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos, implicando na perda de produção e baixa competitividade, Megliorini (2002), uma vez que, com o tempo, os equipamentos vão ficando obsoletos.

Equipamentos têm vida útil pré-estabelecida, quando os empreendimentos não os trocam nos períodos definidos pelo fabricante, pode significar que essas organizações não possuem um plano de gestão Biagio e Batocchio (2006), que lhe possibilitem a criação de um fundo de reserva para realizar as substituições dos equipamentos, o que impactam em custos elevados de produção. (N. Santos, *et al.* 2014).

Por outro lado, apenas 5 % dos empreendimentos guardam recursos para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos. Todavia, 11 % desses empreendimentos não responderam ao questionamento.

Figura 7 - Há reserva para manutenção de máquinas, equipamentos e veículos?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar as capacidades produtivas dos empreendedores da economia solidária do TLS, foi observado que 52,38 % afirmam necessitar de equipamentos para desenvolver as suas atividades de produção. Embora, os equipamentos que foram sinalizados na pesquisa sejam considerados de baixo aporte tecnológico, Prado e Meneses (2015) como mostra a Tabela 1. Como inexistente uma política pública de cunho estruturante orientada para o desenvolvimento tecnológico Baiardi & Teixeira, (2010); Rangel & Tonell (2013), é possível que no médio e longo prazo não ocorra mudanças muito significativa na matriz de produção dos empreendimentos solidários situados no TLS, o que pode afetar sobremaneira a sobrevivência dessas organizações.

Para Dereti (2009), apesar da tecnologia desempenhar um papel relevante para a competitividade dos empreendimentos, Prado & Meneses, 2015 avaliam que a economia solidária está situada às margens do desenvolvimento, em função principalmente da baixa produtividade, em decorrência do reduzido aporte tecnológico existente nas unidades produtivas.

Nesse contexto, torna-se necessária a transferência tecnológica, que em muitos casos, está associado aos serviços de assistência técnica e extensão, sob maior responsabilidade do setor público (ICTs, Universidades, Agências de fomento e outras). Por tanto, Dereti (2009), enfatiza que a transferência tecnológica se concretiza quando os receptores da tecnologia são capazes de absorver, transformar, adequar e ampliá-la conforme a sua utilidade. Sob essa abordagem, considera-se, como sendo o principal foco do processo de transferência

tecnologia, os agentes de produção responsáveis pelo processo de incorporação das tecnologias nos processos produtivos.

Tabela 1 - Quais ferramentas os EES do TLS necessitam?

| Equipamentos e Ferramentas | Nº | Quantidade relativa |
|----------------------------|-----|---------------------|
| Balança | 8 | 5,44 % |
| Bomba d'água | 5 | 3,40 % |
| Carro de mão | 2 | 1,36 % |
| Colete | 1 | 0,68 % |
| Corda | 1 | 0,68 % |
| Embarcações | 1 | 0,68 % |
| Enxada | 2 | 1,36 % |
| EPI | 8 | 5,44 % |
| Equipamento de artesanato | 10 | 6,80 % |
| Faca | 3 | 2,04 % |
| Facão | 7 | 4,76 % |
| Foice | 5 | 3,40 % |
| Isopor | 2 | 1,36 % |
| Kit marisqueiras | 2 | 1,36 % |
| Luva | 3 | 2,04 % |
| Machado | 2 | 1,36 % |
| Moto serra | 3 | 2,04 % |
| Picareta | 1 | 0,68 % |
| Pá | 2 | 1,36 % |
| Rede de pesca | 1 | 0,68 % |
| Roupa de mergulho | 1 | 0,68 % |
| Cavador | 1 | 0,68 % |
| Serrote | 2 | 1,36 % |
| Snorkel | 1 | 0,68 % |
| Trator | 3 | 2,04 % |
| Não Respondeu | 70 | 47,62 % |
| Total | 147 | 100,0 % |

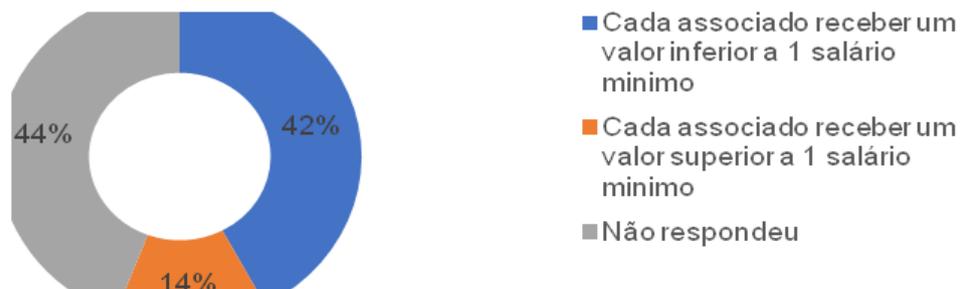
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação a divisão dos excedentes, os empreendimentos pesquisados mostraram-se muito frágeis, uma vez que, como se observa na Figura 8, 42 % dos associados, dos 147 empreendimentos envolvidos na pesquisa recebem valores inferiores ao salário-mínimo; já 14% dos sócios recebem valores superiores ao mínimo, no entanto, 44% não responderam à pergunta. Este fato deixa evidente que os empreendimentos em sua maioria, não conseguem dar condições salariais para que os seus integrantes, sejam capazes de atender às suas necessidades vitais básicas como determina o artigo 7º, inciso IV e VII da Constituição Federal do Brasil. (Brasil, 1988).

Portanto, para que os empreendimentos ampliem a sua condição de distribuição de renda entre os membros, é preciso que seja ampliada a sua capacidade produtiva, buscando

por meio da verticalização da produção, agregar valor aos produtos e conseqüentemente aumentar as receitas, com vistas a obter maiores excedentes em relação aos custos diretos e indiretos, fixos e variáveis.

Figura 8 – Como é realizada a divisão dos excedentes entre os sócios dos empreendimentos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste sentido, as mudanças necessárias para a construção de uma economia solidária moderna, devem emergir a partir de possíveis alterações ou adequações no sistema tributário, infraestrutura logística, financiamento e linhas de créditos, assistência técnica, e no fomento a pesquisa, inovação e transferência de tecnologia, para que essas organizações não continuem a existir apenas num formato primário do processo produtivo.

4. Considerações Finais

A inserção de atividades socioeconômicas que contribuam para a fixação do homem ao meio em que nasceram e se desenvolveram, como é o caso do TLS, requereu que a pesquisa relatada neste artigo fosse consultada diretamente aos empreendedores agrupados em sua maioria em associações. O diagnóstico da situação desses produtores permitiu-se observar que existe um grande esforço, realizados por eles, para se diferenciar da relação capital-trabalho com as relações de mercado tradicionais.

O estudo evidencia também que, a sustentabilidade da economia solidária depende principalmente de transformações políticas, econômicas, culturais e estruturais, por parte das instituições públicas de apoio e fomento. Uma vez que são responsáveis por promover iniciativas governamentais que visam o desenvolvimento territorial, baseado em inovações tecnológicas e na geração de trabalho e renda.

Dessa forma, é necessário, um esforço articulado e sinérgico entre as partes interessadas (Governos, cooperativas, associações, empresas públicas e outros) para a construção de uma iniciativa pública, que busque lançar luz à criação de um programa com métodos de desenvolvimento específicos para a economia solidária do TLS, com vista a superar os seus desafios existentes, como *i)* inovação; *ii)* ampliação da escala de produção, e *iii)* transferência de tecnologia, conforme Tabela 1. Sem esses elementos citados anteriormente, a emancipação dessas organizações, ficará cada vez mais distante, uma vez que individualmente, não possuem as condições necessárias em termos econômicos e de geração de renda, para tornarem-se sustentáveis.

A introdução de processos tecnológicos nessas organizações, implica sobretudo, em formação e qualificação da mão de obra existente, para a gestão e para produção, calcadas num duplo foco, um no cliente final e outro no cliente interno, que são, respectivamente, os consumidores e os associados. Esta forma de treinamento, é necessária para as organizações de economia solidária, uma vez que são possuidoras de equipamentos considerados nesse estudo, de baixo aporte tecnológico para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, o que revela, a carência de apoio técnico especializado oriundo dos órgãos públicos para atender as necessidades tecnológicas do setor, por meio de auxílio de ações que possibilitem principalmente a implementação do uso de tecnologias disponíveis na atualidade.

Neste contexto, a transferência de tecnologia pode se constituir como um importante instrumento de cooperação, para que ocorra mudanças, mas rápidas e efetivas no sistema produtivo dos empreendimentos econômicos solidários do TLS, o transformando-os em modernos, mais competitiva e com condições de melhor distribuição de renda.

Para continuar a pesquisa, na perspectiva do desenvolvimento do TLS a partir da Economia Solidária, estamos propondo estudar os Impactos da Instalação de pequenas e médias biorrefinarias no Território, orientada para processar a produção de espécies vegetais oriundas da Mata Atlântica, como um instrumento de agregação de valor e de conservação florestal.

Referências

Almeida, A. O. S., Maria Filho, A. de A. Lanns. Agroecossistema Cacau Cabruca: Uma Real Contribuição na Manutenção dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. In: Congresso De Pesquisadores De Economia Solidária, 2018, São Carlos. Anais [...] São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Recuperado de <http://www.conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes>.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Recuperado de <http://www.atlasbrasil.org.br>.

Bahia. Secretaria do Planejamento. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável Solidária. Salvador: Seplan, 2016.

Bahia (2018). Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Recuperado de <http://www.seplan.ba.gov.br/module/s/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Estatística da Bahia. Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia. 2015. Recuperado de http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=28. Acesso em: 20 out. 2019.

Blinder. D. (2005). Análise da fragmentação da mata atlântica na região sul da Bahia: Uma Contribuição da Geotecnologia para o Estudo da Dinâmica da Paisagem. 2005. Anais, X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 mar. 2005 – Universidade de São Paulo.

Bretos, I., Errasti, A., Marcuello, C. (2019). Multinational expansion of workers' cooperatives and their employment practices: Markets, institutions and politics in Mondragon. Review of the ILR, 72(3), 580-605, 2019.

Brasil. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise. Nota Técnica (Abril/2009). Recuperado de http://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial). Perfil Territorial: Território Litoral Sul da Bahia. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento

Territorial, 2015a. Recuperado de http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_090_Litoral%20Sul%20-%20BA.pdf.

Brasil. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. Economia solidária. 2015b. Recuperado de <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. 2010. Recuperado de http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio090.pdf.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Baiarde, A & Teixeira, F (2010). Relatório de Consultoria Instituto Arapyaú. O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes. Salvador.

Biagio, L. A., & Batocchio, A. (2006). Plano de Negócios: Estratégia para Micro e Pequenas Empresas. São Paulo: Manole.

Callado, A. A. C., Callado, A. L. C. (2002). Custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Vassoura de Bruxa. Espírito Santo, 2017. Obtido em [http://www.ceplac.gov.br/radar/Vassoura de Bruxa.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/Vassoura%20de%20Bruxa.htm). Acesso em: 9 jul. 2020.

Coraggio, J. (2002). Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. In: Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, 12(01), 35-47.

Coraggio, J. L. (2003). Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? Proposta, 30(98), 12-20.

Costa, F. M. (2012). Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Costruzioni. (2002). Il Consorzio. Recuperado de <http://www.ccc-acam.it/azienda/consorzio.php>.

Dereti, R. M. (2009). Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Paraná, n. 19, p. 29-40, jan.-jun., 2009.

Dutra, R. G. (2010). Custos: Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas.

Egia, E. G., Etxeberria, G. M. (2019). The formation of cooperative values as a decisive element in the generation of new jobs by cooperatives of the 21st century. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo = International Association of Cooperative Law Journal, (54), 97-114.

Emmendoerfer, M. L. (2010) Analysis of Qualitative Data: Intersections and Differences in Research on Public Administration

Fontes, M. J. V. (2013). Do cacau ao chocolate: trajetória e perspectivas das micro e pequenas agroindústrias de cacau/chocolate. 2013. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

França Filho, G. C. A. (2008). Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. Revista Sociedade & Estado, Brasília, 15(45), 219-232.

França Filho, G. C. de, Rigo, A. S., & Souza, W. J de. (2020). A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). Organizações & Sociedade, 27(94), 556-584.

França Filho, G. C. (2001). A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Revista Sociedade & Estado*, Brasília, 16(1-2), 243-75. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext&tlng=en.

Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 211-228.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), São Paulo: Atlas.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Godoy, T. M. A. (2008). Economia Solidária na cidade capitalista: conflitos e contradições da reprodução do espaço urbano. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30. Recuperado de <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/181.htm>.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2006). *Censos Demográficos*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/>.

ICCO. (2018). *International Cocoa Organization. The world cocoa market: current situation and forecast*. Berlim (GER): ICCO. 13 p.

Laville, J. L. A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Críticade Ciências Sociais*, 84, 7-47.

Mira, E. C. (2014). Controvérsias sobre a economia do Sul da Bahia: uma análise evolutiva do desenvolvimento humano a partir da crise do cacau nos anos 1980. 1–20.

Mattos, P. L. C. L. (2011). "Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados": pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos Ebape*. BR, 9, 450-468.

Megliorini, E. (2002) *Custos*. São Paulo: Makron.

Mercado, Cacao. (2018). Informações do chocolate e cacau. Cabruças e cabruças. Bahia. Recuperado de <http://mercadodocacau.com/artigo/cabruças-e-cabruças> .

Mondragon. (2018). Mondragon's annual report. Recuperado de <https://www.mondragon-corporation.com/en/about-us/economic-and-financial-indicators/annual-report/>

Morais, L. P. (2013). As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas.

Moreira, H. (2018). Critérios e estratégias para garantir o rigor na pesquisa qualitativa. R Bras Ens Ci Tecno, 11(1), 405-24.

Prado, A. R. M., & Menezes, D. F. N. (2015). Inovação Tecnológica e Economia Solidária: Uma Aproximação Necessária. In: Congresso De Pesquisadores De Economia Solidária, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Recuperado de <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>.

Prezotto, L. L. (2002). Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: Lima, D. M. de A., Wilkinson, (org.). Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 285-300.

Rangel, M. C., & Tonell, C. (2013). A crise da região cacauceira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Geoinf, 5(1), 77-101.

Razeto, L. (2010). Lecciones de Economía Solidaria. Realidad, Teoría y Proyecto. Santiago: Ediciones UVIRTUAL.NET.

Rebouças, M. V. P. (2019). Tributação e desigualdade econômica: Elementos para uma teoria da tributação redistributiva para o Brasil contemporâneo. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

Santos, C. J. N., Bezerra, F. M., Oliveira, F. A., Tavares, F. R. M., Figueireso, F. J. S. Utilização da gestão de custos para tomada de decisão: estudo de caso em uma empresa de calçados no interior do Ceará. Anais, Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2014, Curitiba. Anais eletrônicos. Recuperado de <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STO_197_115_25678.pdf>.

Santos, D. S. (2019). Panorama da socioeconomia solidária do Território Litoral Sul da Bahia. (Dissertação). Mestrado em Engenharia Industrial, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção Agrícola Municipal (PAM). 2016. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.

Singer, P. (2002) Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Silva, H. B., Fontes, E. O., & Campos, M. N. (6-10 de setembro de 2009). Atlas Escolar físico do sul da Bahia. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia física aplicada. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil. Recuperado de <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/>.

Silva, S. P. (2018). Laços na diversidade: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2367).

Silva, S. P., Carneiro, L. M. (2016). Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>

Silva, R. F., & Carvalho Filho, M. V. (2018). Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 64. Brasília: Ipea, 2018.

Veiga, J. L. (2006). Territórios para um desenvolvimento sustentável. 2006.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Dayvid Souza Santos – 12,5 %

Fárlei Cosme Gomes dos Santos – 12,5 %

Ricardo de Araújo Kalid – 12,5 %

Fernando Luiz Pellegrini Pessoa – 12,5 %

Sócrates Jacobo Moquete Guzman – 12,5 %

Leandro Pereira Moraes – 12,5 %

Clóvis Vailant – 12,5 %

Francisco Jairan Dionizio Pedro – 12,5 %